



Um olhar para a autoridade narrativa na coluna da jornalista Eliane Brum

Jaqueline Frantz de Lara Gomes¹.

Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado e Doutorado – da Universidade Santa Cruz do Sul (UNISC).

Resumo: Apresentamos um olhar para o jornalismo e o enfrentamento do excesso informativo no contexto atual da sociedade, buscando reconhecer práticas jornalísticas e estruturas que auxiliem os cidadãos a orientarem o entendimento do mundo que os cercam quando tantas mediações advindas de não profissionais permeiam o cotidiano. Trata-se de um recorte da tese de doutoramento em desenvolvimento, identificando uma estrutura narrativa com ênfase na interpretação e contextualização do conteúdo na categoria de coluna, inserida no gênero opinativo, tendo como recorte uma narrativa da jornalista Eliane Brum, no El País. Para tanto, a discussão é embasada nas transformações advindas da passagem da Modernidade para a Pós-modernidade (ou contemporâneo) e que interferem nas práticas jornalísticas, assim como a classificação dos gêneros jornalísticos.

Palavras-chave: Contemporâneo; narrativas jornalísticas; colunismo; subjetividade; interpretação.

¹ Jornalista. Mestra em Letras e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista CAPES/FAPERGS. Integrante da Rede de Pesquisas em Narrativas Midiáticas Contemporâneas (RENAMI) e do Grupo de Estudos sobre Narrativas Midiáticas e Literárias (GENALIM). E-mail: jaqlara@yahoo.com.br
Orientadora: professora doutora Fabiana Piccinin. E-mail: fabr@unisc.br

1. Introdução

A prática jornalística vem sendo marcada por reconfigurações de ordem sócio-técnica-discursivas desde os seus primórdios. Assim, a cada momento histórico, correspondem características específicas, tanto no que diz respeito à produção, como na circulação e no consumo das informações. Tomamos por base a categorização de Marcondes Filho (2002), que divide o jornalismo em quatro fases distintas. Segundo tal, vivenciamos o quarto e último jornalismo, o do fim do século XX, marcado pela era tecnológica e pela intensificação e velocidade das mudanças. Entre estas transformações, merece destaque o fato de que as audiências produzem e ofertam informações a qualquer tempo, tornando-as públicas em plataformas digitais e promovendo a erosão das fronteiras conceituais até então vigentes.

A partir das inúmeras narrativas – produzidas por especialistas ou não – que proliferam na rede e que tentam, dessa forma, ofertar interpretações da realidade na ambiência da internet, a proposta aqui como recorte da tese de doutorado em desenvolvimento, é olhar para as narrativas jornalísticas das colunas, assinadas por jornalistas reconhecidos pelo prestígio e profissionalismo conquistado ao longo de anos de profissão. De modo específico a análise se dará em uma narrativa da jornalista Eliane Brum², em sua coluna no El País.

Desse modo, ao emprestar nome e identidade à coluna, queremos observar que tipo de narrativa a jornalista constrói, buscando conferir distinção aos textos pela qualidade interpretativa dos fatos analisados por meio da subjetividade da narrativa e as estratégias decorrentes. Visamos analisar como a atividade jornalística é afetada pelo conjunto de transformações oportunizadas pelo contemporâneo, incidindo na emergência de conteúdos que se reafirmam a partir da autoridade do narrador que aposta na sua credibilidade e capacidade de produzir impacto no seu dizer.

O tema é resultante de uma reconfiguração identificada nos valores tomados como paradigma norteadores do jornalismo por pelo menos 300 anos, e que remetem,

² A jornalista Eliane Brum é colunista especial do El País, Espanha. O conteúdo pode ser acessado em https://brasil.elpais.com/autor/eliane_brum

de maneira mais particular, à racionalidade técnica, ao discurso científico e, por extensão, à objetividade e método como orientadores das narrativas-mestras (GOERGEN, 2001) da era moderna. Nessa esteira, o jornalismo incorporou o ideal modernista de construir o progresso pela via da ordem, passando a conferir competência e perícia nesse fazer ao profissional na medida em que seria capaz de manter distanciamento e assepsia do fato narrado (RESENDE, 2005).

Essa perspectiva vem sofrendo mudanças significativas no contemporâneo, quando as noções de verdade absoluta e de objetividade tendem a ser relativizadas, oportunizando a erosão dos limites e fronteiras conceituais. Como diz Eagleton (1996, p. 7), a Pós-modernidade³ “vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas. O que promove uma aparente crise de confiança em relação aos experts, inclusive entre jornalistas, pois como refere Lyotard (2018, p. 27), "a grande questão vem a ser e será a de dispor das informações que estes deverão ter na memória a fim de que boas decisões sejam tomadas. O acesso às informações é e será da alçada dos experts de todos os tipos".

É na esteira desse pensamento que, de modo amplo na tese e no presente artigo como um recorte com base em um olhar exploratório, buscamos investigar a anatomia e o circuito de produção e circulação das narrativas de coluna, para entender como se configuram as estratégias de legitimidade, na medida em que narradas a partir de um profissional que se posiciona e oferece uma interpretação mais qualificada, diante da oferta abundante de informações na rede. Assim, destacamos que tem sentido pedagógico a informação mais aprofundada na tentativa de ajudar o leitor ou sociedade de modo geral a interpretar qualitativamente o mundo, ou seja, propondo um tipo de

³ A ocorrência de uma Pós-modernidade, no entanto, não é consensual nos campos da Sociologia e da Filosofia. Para Sergio Paulo Rouanet, em *As razões do Iluminismo*, por exemplo, vicenciamos um desdobramento ou uma fase da Modernidade, pois ainda não houve uma ruptura paradigmática que permita concluir que há outra forma de pensar, outro modelo político ou econômico que justifiquem afirmar que o pensamento moderno está superado. Bauman, por sua vez, adota a forma expressiva “modernidade líquida”, como uma etapa, uma forma de Modernidade. Metáfora que, aliás, vai de acordo com a diluição de fronteiras conceituais próprias destes tempos, uma vez que tal como os líquidos, as narrativas se adaptam aos espaços que ocupam. Desta forma, quando referimos as transformações em uma passagem da Modernidade para a Pós-modernidade, não negamos a existência de outras conceituações para o período que, recorrentemente, adotamos mencionar como contemporâneo.

"alfabetização" sobre os eventos que pautam a cotidianidade na medida em que a mídia é insumo e influencia grande parte das ações.

Consideramos, portanto, o espaço da coluna assinada pela jornalista Eliane Brum em veículo de comunicação online, classificada entre os formatos do gênero opinativo como objeto empírico da investigação. Pressupomos haver ali indicativos de uma ressignificação do gênero, a partir da estrutura narrativa assentada em uma gramática especialmente preocupada em produzir distinção pela sofisticação e autoridade do dizer.

2. Narrativas reconfiguradas

Entendemos por necessário destacar como as reconfigurações no contexto da sociedade impactaram na prática jornalística, de modo especial no reconhecimento da legitimidade e sua expertise. Na Modernidade, o paradigma norteador na sociedade e que refletiu nas narrativas, entre as quais a jornalística, tratava da racionalidade técnica, da ciência, da objetividade e do método no lugar de narrativas-mestras que orientavam a sociedade, suas ações e o entendimento dos sujeitos acerca da sua posição no mundo. De acordo com Sodré (2009), o jornalismo incorporou esse ideal, de modo que era preciso dissimular sempre as marcas do “eu” daquele que narra a história, como se as narrativas jornalísticas fossem o “espelho do real”.

A metáfora do espelho, aliás, é bastante bem observada por Santaella (2007, p. 210), que diz que “antes do surgimento da tecnologia fotográfica, a grande metáfora da representação visual foi, durante séculos, a metáfora da janela. A pintura funcionava como uma janela para o mundo”. Desse modo, do século XIX até boa parte do século XX as concepções acerca da representação da realidade estavam marcadas pela ideia do espelhamento. Entretanto, seguindo a esteira de pensamento acerca da objetividade e da subjetividade, Santaella também observa questões que escapam à metáfora do espelho no que diz respeito à verdade jornalística. Vejamos:

É também a metáfora do espelho que está por detrás da ideia de verdade jornalística, pautada na convicção de que a verdade está nos fatos, como se estes não fossem inalienavelmente filtrados pelas percepções e molduras da visão e do pensamento impostas pelo tempo, espaço e posição nas relações

sociais que ocupamos, ou seja, pela ideologia, no sentido que lhe deu Bakhtin, quando afirmou que todo signo é ideológico, pois, ao refletir a realidade, a linguagem necessariamente a refrata. (SANTAELLA, 2007, p. 211-212)

A partir deste ponto, aludimos sobre a impossibilidade de isenção total daquele que narra as notícias porque, além da linguagem, questões subjetivas estão implícitas mesmo quando o que se persegue é o método em busca da objetividade. Como diz Barros Filho (2002), a prática de produção de uma reportagem ou notícia está sedimentada em uma caminho repetido inconscientemente, que é aprendido no processo de socialização das redações e determinado pelas rotinas produtivas. De modo que essas formas de ação

São justificadas, nos manuais, por permitirem, ou até determinarem "maior isenção", "um relato mais impessoal", ou até mesmo uma "ruptura" com o repertório do jornalista. Essas técnicas encontram sua primeira fundamentação no cogito cartesiano e, posteriormente, no positivismo filosófico da segunda metade do século XIX. Auto-definindo-se como "escravos dos fatos", os jornalistas sustentam implicitamente a tese de que a verdade independe do sujeito que contempla, prevalece absolutamente, atinge sua realidade a cada instante. Nesta reflexão, a verdade é autônoma em relação a qualquer processo de observação, verificação e posterior relato, jornalístico ou não. (BARROS FILHO, 2002, p. 158)

Temos, então, que é dos procedimentos oriundos do pensamento moderno que deriva a definição de gêneros jornalísticos e formatos específicos, de acordo com a sua finalidade. Nesse contexto, em acordo com os preceitos da era Moderna, cabia somente ao gênero opinativo a expressão da opinião, sendo reservado ao formato das colunas a evidência das subjetividades junto ao relato informativo. Isso posto, a perspectiva advinda da Modernidade, que vigorou por mais de 300 anos, vem sofrer mudanças bastante profundas no contemporâneo. Dessa forma, desde então estão submetidos a esta lógica da relativização os pequenos relatos, resultando na ruptura de fronteiras e oportunizando fusões, bem como encurtando o tempo e impondo o imediatismo, a descentralização e extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade e o consumo. Bem aos moldes da metáfora da liquidez expressa por Bauman (2001), visto que como as narrativas, os líquidos vão tomando a forma dos espaços que ocupam.

Sendo assim, na era pós-moderna a vocação é o saber chamado informático e informacional. A ciência começa a ser vista como um conjunto de mensagens que pode ser traduzido em “quantidade” (bits) de informação, pois toda pesquisa científica se tornou condicionada pelas possibilidades técnicas da máquina informática. Veja-se então que:

O que se impõe com o tratamento informático da “mensagem” científica é na verdade uma concepção operacional da ciência. Nesse contexto a pesquisa passa a ser condicionada pelas possibilidades técnicas da máquina informática, e o que escapa ou transcende tais possibilidades passa a não ser operacional, já que não pode ser traduzido em bits. (BARBOSA, 1998, p. X)

O que ocorreu a partir dessa nova concepção foi a imposição da ideia de ciência como valor de troca, como algo desvinculado do sujeito que a produz e do consumidor, uma vez que “é uma prática submetida ao capital e ao Estado, atuando como essa particular mercadoria chamada força de produção” (BARBOSA, 1998, p. X). Daí, decorre que esse processo, fruto da corrosão dos dispositivos modernos de explicação da ciência, é muito apropriadamente designado por Lyotard (2004) pela expressão ‘deslegitimação’, representada na fragilização dos discursos dos especialistas no contemporâneo. E que pode ser observada, conforme propõe a pesquisa, no que diz respeito à autoridade e perícia de quem produz as narrativas jornalísticas. Trata-se de observar como as narrativas jornalísticas, antes reconhecidas como legítimas “escavadoras” da verdade dos fatos, agora impactadas pela crise dos ideais modernos, se reconfiguram, dando olhar especial para o gênero opinativo, e nele as colunas, que deixa de ser o lugar exclusivo para a manifestação da opinião. De modo particular, verificar como o jornalismo se distingue das outras narrativas também reconfiguradas pela valorização das subjetividades, sendo capaz de se afirmar como narrativa de referência frente à oferta abundante de informações, advindas de especialistas ou não especialistas.

Destacamos, desta feita, que a prática jornalística também é impactada pela abertura de oportunidades de disseminar informações não mais como exclusividade dos jornalistas, onde as subjetividades de igual modo são evidentes. Sendo assim, a facilidade de produção e disseminação de informações, possibilitada pela democratização do aces-

so a tecnologias de comunicação, propiciaram uma crise de confiança ante ao surgimento de todo o tipo de *experts*, inclusive na atividade jornalística. Então, conforme já adiantamos, se na Modernidade o valor era a objetividade e separação da opinião e das manifestações daquele que narra do fato narrado, no contemporâneo a perspectiva é a emergência das subjetividades nas narrativas também no campo do jornalismo. Ou seja, a emergência do “eu” que narra é cada vez mais evidente. Aliás, legitima o dito por meio da oferta de narrativas comprometidas, com atribuições de sentido e interpretação, além do caráter seu testemunhal. É nesses termos que Lyotard (2004, p. 16) considera “pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos”.

Nesse sentido, a crise da representação (FIGUEIREDO, 2012) explicita a impossibilidade de transparência absoluta ou, por outras palavras, a ideia de que o narrar é sempre uma construção e, portanto, uma eleição do que e de como contar. Do mesmo modo que Lyotard (2004) questiona sobre onde encontrar legitimidade após a corrosão dos metarrelatos, indagamos sobre como determinadas narrativas jornalísticas se apresentam como as mais qualificadas diante da profusão de informações disseminadas no âmbito da internet a todo momento em decorrência dessas reconfigurações. De forma específico, pressupomos que o gênero opinativo se complexifica, por meio do colonismo, constituindo-se em uma narrativa diferencial na prática jornalística.

3. Colonismo: opinião, informação e interpretação

A partir do olhar para as transformações no contexto da sociedade e que incidem sobre as narrativas jornalísticas, nos deparamos com a questão dos formatos, das formas de dizer. Segundo Seixas (2009), o conceito de gênero aceito pela maioria dos pesquisadores brasileiros em comunicação é aquele desenvolvido por Bakhtin, em acordo com tipos relativamente estáveis de enunciados. Para tanto, adotamos aqui a perspectiva de classificação proposta por Marques de Melo (2003, p. 21), que considera “evidente a natureza eminentemente política que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social”. Entretanto, com a consolidação da atividade como empresa, padrões e métodos foram estabelecidos no intuito de conferir legitimidade à prática como aquela que traduz a realidade dos fatos e acontecimentos para o público. Conforme diz Mar-

ques de Melo (2003, p. 22), “o autêntico jornalismo – processos regulares, contínuos e livres de informação sobre a atualidade e de opinião sobre a conjuntura – só emerge com a ascensão da burguesia ao poder e a abolição da censura prévia”.

Observamos, assim, duas principais vertentes que determinaram padrões de expressão simbólica. Uma oriunda do jornalismo francês, com o vigor opinativo e outra do jornalismo inglês, com a tendência informativa, retraindo-se do combate. No Brasil, com formação da grande indústria da informação, fase em que o símbolo da atividade foram as agências de notícia e as cadeias jornalísticas, a profissionalização do ofício de jornalista foi uma exigência (MEDINA, 1988). Nesta, a imposição da objetividade, advindo dos ideais positivistas e iluministas em voga, com a separação entre notícia e comentário, rendeu aumento das vendas e do faturamento dos jornais, como destaca Amaral (1996, p. 35):

Até um certo ponto, os jornais se tornaram menos parciais, mais verazes e credíveis e, portanto, de mais fácil comercialização. Estava aberto o caminho para o surgimento de grandes e sólidas empresas, dos enormes conglomerados que constituem, hoje em dia, os impérios jornalísticos.

Essa separação se deu em vista de que os textos noticiosos, muitas vezes, se confundiam com a literatura presente nos periódicos. Aliás, era comum o trabalho de literatos nas redações. Entretanto, neste cenário de mudanças no contexto da prática jornalística e da transformação dos periódicos em empresas capitalistas profissionalização do ofício de jornalista fez emergir a aparente confrontação entre os conceitos de objetividade e de subjetividade no campo.

A partir desse entendimento, seguimos para a questão do formato no intuito de abordar a problemática da profusão de narrativas que já não se conformam a gêneros canônicos. Seguindo com as teorizações de Marques de Melo, observamos que duas características básicas definem um gênero: sua aptidão para agrupar diferentes formatos – todos com caracteres comuns, embora diferentes entre si – e sua função social. Eles consistem, mais do que em classificações, “em motores da indústria jornalística, que a movimentam segundo as expectativas dos consumidores de informação sobre a atualidade” (MARQUES DE MELO, ASSIS, 2016, p. 49). E mais ainda, “os gêneros jornalísticos correspondem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação

das mensagens de atualidade, a partir das formas de expressão adotadas nas empresas e refletindo em certo sentido o consenso corporativo” (MARQUES DE MELO, 2003b, p.11).

Referindo Beltrão (2006), Marques de Melo e Assis (2016) indicam que esses papéis e formatos estão dispostos para suprir a “necessidade social” em que se constitui o jornalismo. Sendo assim, é a partir da identificação dos gêneros, enquanto gramáticas de contato, que o público se orienta para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania. Quer dizer, corresponde à demanda de interpretação densa e contextualizada dos fatos e acontecimentos, uma vez que todo tipo de informação está em circulação na ambiência da internet, em volume incontável e qualidade, inclusive, duvidosa. A relação contemporânea de produção e consumo de informação carece de filtros e de orientação quanto à finalidade dos conteúdos.

Temos, então, segundo a classificação Marques de Melo (2009, p. 35), a distribuição em cinco gêneros: gênero informativo, no qual estão os formatos de nota, notícia, reportagem e entrevista; gênero opinativo, no qual figuram editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica; gênero interpretativo, com análise, perfil, enquete, cronologia e dossiê; gênero diversional, no qual se inserem as histórias de interesse humano e colorida; e, o gênero utilitário, com os formatos de indicador, cotação, roteiro e serviço. A categorização vem a atender, desse modo, também a interesses mercadológicos das empresas, de forma a separar informação de opinião e de ficção, facilitando o entendimento do público leitor quanto aos conteúdos, assim como na relação com os anunciantes diante de uma suposta “isenção” de opinião, política ou ideológica da instituição jornalística.

No que diz respeito à coluna, dentro do gênero opinativo, Marques de Melo (2003a, p. 139) indica que o colunismo brasileiro dá margem para ambiguidades, pois “há uma tendência geral para chamar de coluna toda seção fixa. Assim sendo, a coluna abrange, segundo essa noção, o comentário, a crônica e até mesmo a resenha”. Por outro lado, historicamente a classificação dá conta da antiga diagramação vertical dos jornais impressos, o que já não supre mais o formato em vista da sua presença também nos espaços online, com navegação em camadas e links e onde o espaço não sofre os mesmos constrangimentos do papel. Em razão disso, coluna também pode ser entendida como

uma seção especializada de um veículo de informação, desde que publicada com regularidade e assinada.

Observamos, assim, um mosaico de interpretações acerca do colunismo, este que é originário da imprensa norte-americana, em meados do século XIX, quando os jornais assumiram feição informativa. Marques de Melo (2003a, p. 140) observa, nestes termos, que o público começou a desejar matérias com mais personalidade, que saíssem do anonimato, trazendo bastidores das notícias, descobrindo fatos e pinçando opiniões que ainda não foram expressas. Originalmente, essa demanda deu espaço para o aparecimento de seções sob a responsabilidade de jornalistas conhecidos, no sentido da construção de um jornalismo de referência, por profissionais com perícia e técnica no fazer, dada a formação e a experiência na carreira.

A coluna corresponde à emergência de um tipo de jornalismo pessoal, intimamente ligado à personalidade do seu redator. Talvez possa ser identificado como uma sobrevivência, no jornalismo industrial, daquele padrão de jornalismo amador e eclético que caracterizou as primeiras publicações periódicas. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 140)

A partir da identidade daquele que narra – o jornalista colunista – há uma aproximação com o leitor, além da personalização da narrativa. O reconhecimento e o prestígio daquele que narra podem atuar neste sentido como indutores da legitimidade do dito num contexto em que todos, em tese, podem emitir opinião. Seguindo a definição, ainda de acordo com a classificação da era moderna, do ponto de vista estrutural, a coluna dá conta de um mosaico de fatos relatados com brevidade, em tópicos, comentários rápidos sobre situações emergentes, “com unidades informativas e opinativas que se articulam” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 142), geralmente a cargo de jornalistas experientes e reconhecidos pela carreira nos jornais.

Em acordo com o estudo de Seixas (2009a), no que diz respeito à classificação dos gêneros jornalísticos, nossa visada leva em conta a percepção de que com as novas mídias, a noção das fronteiras conceituais tende a ser relativizada, posto que "surgem novos formatos, se hibridizam, se embaralham os gêneros. As práticas discursivas passam a experimentar e produzir novos formatos, que podem se instituir ou não em novos gêneros" (2009a, p. 2).

O contemporâneo e sua liquidez (BAUMAN, 2001) vem promover o esmaecimento das categorias tão definitivas da era moderna. Disto resulta um fenômeno crescente no jornalismo contemporâneo que diz respeito à relativização do cumprimento dos pressupostos da objetividade e da imparcialidade de maneira geral no jornalismo. O que tem permitido aos textos jornalísticos, por oposição à cartilha moderna, evidenciarem o eu que narra, tomando essa manifestação que antes era um problema, como atestado de verdade neste momento. O espaço do colunismo nos jornais, desde a Modernidade, pertence ao gênero opinativo. O opinativo detinha a exclusividade da evidência da subjetividade dos relatos, diferente dos outros gêneros - e nas colunas o destaque do "eu" que narra. Razão pela qual, ou seja, pelas diferenças que desde os princípios da classificação moderna vinha apresentando – pretendemos identificar como o colunismo se estabelece no contemporâneo e compreendê-lo a partir da análise de uma estrutura que se distingue pela credibilidade do narrado e pela autoridade jornalística.

4. A questão da autoridade narrativa

É oportuna a alusão à questão da autoridade jornalística, necessária para auxiliar a sociedade no entendimento dos fatos e acontecimentos da realidade. Tobias Peucer, considerado o progenitor da teoria do jornalismo (SOUSA, 2004), destacou a credibilidade das coisas narradas associada à questão do autor (no caso do seu estudo, o relato das notícias e o relato histórico). Defendeu, dessa forma, que credibilidade e amor à verdade são características inerentes a quem escreve em periódicos.

A autoridade de quem fala também é identificada na pesquisa de Seixas (2009a). Segundo a pesquisadora, os estudos quanto à divisão dos gêneros jornalísticos estiveram, ao longo dos anos, definidos por um critério-chave, o da função/finalidade. Diz que, entretanto, são diversas as finalidades, quais sejam: relatar ou informar, comentar ou opinar, orientar, divertir. Estas, conforme Seixas (2009b), variam quanto à concepção do lugar da interpretação nas narrativas. Nesse sentido, a percepção está em acordo com nossa proposta de estudo das colunas, quando refere que a estas estão atreladas competências que constituem o que Ericson, Baranek e Chan (1987, apud Traqui-

na, 2005) sistematizam como os saberes principais da atividade jornalística: “saber de reconhecimento”, “saber de procedimento” e “saber de narração”. A estas, Seixas acrescenta a competência de “domínio”, que seria própria dos colunistas, pois esta se refere ao “saber especializado sobre outra formação discursiva. A competência de domínio é própria dos colunistas, dotados de um saber aprofundado sobre objetos, parâmetros, conceitos de outro campo social em frequente diálogo com o campo jornalístico” (2009b, p. 74).

Desse modo, cabe a reflexão acerca das narrativas de coluna que, por princípio, são o lugar da opinião em acordo com o gênero opinativo e que, no contemporâneo, precisam ser mais do que apenas opinativas. Isso porquê proliferam as narrativas com ênfase nas subjetividades e as colunas neste momento precisam se reafirmar como diferenciais entre os conteúdos disponíveis, com atenção para a audiência colaborativa no contemporâneo, o que não era possibilitado pela recepção quando da classificação do gênero opinativo e suas categorias (na Modernidade). Neste caso, trata-se de ressaltar a autoridade narrativa, da competência de domínio própria dos colunistas, agora também atenta na relação com a audiência que acessa o “mundo da produção” e de modo geral nas narrativas fragiliza a noção de expertise.

A categorização dos gêneros jornalísticos, conforme Marques de Melo (2009), dá conta da separação das práticas de acordo com sua finalidade, cabendo ao opinativo os formatos em que a opinião e suas estratégias narrativas estão em evidência. Tendo em vista a emergência da opinião para além dos espaços destinados ao opinativo nos jornais, assim como o esboroamento das fronteiras conceituais dadas as narrativas inflacionadas de subjetividade, cabe pensar o que ocorre agora com as colunas, dentro do gênero opinativo. Com base nisso, inserimos nossa proposta de estudo a partir da emergência da subjetividade nas narrativas jornalísticas, típica da Pós-modernidade.

5. A coluna da jornalista Eliane Brum

A seguir, após um olhar exploratório para colunistas, a análise se dá para as narrativas da colunista Eliane Brum. Embora ainda em fase inicial de estudo em vista da tese, a leitura das colunas com o apoio teórico permite reconhecer as estéticas e estruturas em acordo com os períodos históricos, bem como as complexificações que destoam

das categorizações oriundas da era moderna. Os apontamentos a partir de inferências e da análise crítica da narrativa de Motta (2013), levam a algumas reflexões a partir de destaques de excertos da coluna. Encontramos, portanto, marcas que a conformam ao gênero opinativo, assim como elementos de diferenciação, especialmente no que diz respeito à categoria de coluna.

Os excertos abaixo, de uma coluna publicada em 21 de dezembro de 2019, com o título “Protejam Erasmo: ele pode ser assassinado a qualquer momento⁴”, permitem a observação das marcas típicas do que sugerem as práticas de construção discursivas da Pós-modernidade, com a permissão de incursões subjetivas como a evidência do “eu” nas narrativas, mas são contextualizadas com checagem e contextualização aprofundada por meio de dados explícitos. Contudo, está em acordo com o reconhecimento histórico de que é praticada por um profissional reconhecido, o que é o caso de Eliane Brum, tanto pela formação, como pelos anos de prática e pelas distinções recebidas.

A coluna, com entrevistas, links para outros conteúdos, exposição de dados e de bastidores da apuração, aborda o aumento da violência na Amazônia no final de 2019, devido à atuação de grileiros. Eliane Brum acompanha a situação do local e se mostra como personagem e fonte das informações.

Vejamos alguns trechos da coluna (Figura 1):

⁴ Coluna disponível em <https://brasil.elpais.com/opinioao/2019-12-20/protejam-erasmo-ele-pode-ser-assassinado-a-qualquer-momento.html?fbclid=IwAR18TCRLMrv7B9xUQh93mEM0ENGdtGW-To6DHR1Fe9S1vSnHza0A4rep-90>

OPINIAO

COLUNA (1)

Protejam Erasmo: ele pode ser assassinado a qualquer momento

Por que a violência na Amazônia aumentou no final de 2019 e por que a sociedade precisa se organizar para barrar as mortes



ELIANE BRUM
23 DEC 2019 - 09:47BRT

Quando vi Erasmo Alves Teófilo pela primeira vez, o que me chamou a atenção foi aquele homem se movimentando muito rápido numa velha cadeira de plástico branca. Vítima de paralisia infantil, porque não havia vacina onde ele vivia, Erasmo não pode caminhar. Mas lidera. Este homem que só conta com uma cadeira de plástico branca luta pela vida de cerca de 300 famílias de agricultores familiares e pescadores na Volta Grande do Xingu, em Anapu, na Amazônia paraense, uma das regiões mais sangrentas da Amazônia. Este homem sem movimento nas pernas movimenta-se mais do que a maioria dos brasileiros para manter a floresta em pé. Hoje, ele também conta com pouco mais de uma dezena de defensores.

Essas pessoas não estão desamparadas porque frágeis. Só existe floresta ainda porque seus povos são muito resistentes e colocam seus corpos na linha de frente, fazendo uma barreira humana contra o avanço da grilagem. A questão é que agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e indígenas lutam quase sozinhos para manter a floresta viva e como um bem público e coletivo. E lutam quase sozinhos contra forças muito mais poderosas, em geral armadas, que querem derrubar a floresta e especular com a terra para o lucro privado de poucos, hoje com o apoio explícito do Governo antidemocrático de Bolsonaro.

Em pouco mais de 40 dias, entre novembro e dezembro, quatro indígenas do povo Guajajara, na Amazônia maranhense, foram assassinados. Em Anapu, não são indígenas que morrem, mas agricultores que tentam fazer assentamentos sustentáveis em áreas públicas destinadas à reforma agrária, mas cobijadas ou já exploradas pelos grandes grileiros da região. Também tombam pessoas que apoiam os trabalhadores rurais. Os grileiros se apresentam como fazendeiros, mas sua folha-corrida mostra que são ladrões de terras da União. Os reais fazendeiros deveriam desejar se diferenciar deles, em vez de apoiá-los ou tolerá-los, mas não é isso que tem acontecido.

2) Por que Anapu se tornou um campo de cadáveres

Pergunto a Erasmo, cada vez mais perto da morte matada, vivendo numa casa que até o sopro do Lobo Mau das histórias infantis pode colocar em risco, se ele acredita na lei. E ele responde: "Eu acredito. Especialmente na lei federal. Se não acreditasse, eu não estaria aqui". Erasmo vive numa terra em que o mais forte é a lei. Erasmo é o mais fraco na terra da lei do mais forte. E Erasmo acredita na lei, esta representada pela Constituição, esta supostamente acima dos indivíduos, em defesa da coletividade. Sinto vontade de repetir esta frase dezenas de vezes e escrevê-la de trás para frente e de cima para baixo, para ver se sob algum ângulo o mistério se revela. Sentado na cadeira de

Essa história, portanto, começa com um genocídio, o perpetrado pela ditadura militar na construção da Transamazônica. Esta é uma parte. A outra é o prosseguimento de uma política de branqueamento do país que se iniciou ainda no período imperial. Vale a pena lembrar que o sul do Brasil foi colonizado, mais uma vez sobre o corpo dos indígenas, por imigrantes trazidos da Europa, em especial de países como Alemanha e Itália, no final do século 19 e início do século 20. Não só os indígenas foram espoliados de suas terras e boa parte deles mortos como, na hora de escolher qual era a população que deveria ser colocada no lugar, foram escolhidos imigrantes brancos. Naquele momento, era possível ter executado uma política

de seus apoiadores, dentro e fora do Estado, em toda a região. Os sinais de que a violência só vai aumentar estão por toda a parte. Por que agora?

O cientista social Mauricio Torres, professor da Universidade Federal do Pará, em Belém, e um dos maiores especialistas em conflitos agrários na Amazônia, apontou alguns caminhos de reflexão para esta coluna, que reproduzo aqui:

"A grilagem acontece em dois planos. Um no chão, onde se toma a área materialmente. Pistoleiros 'limpam' a terra de seus ocupantes legítimos (indígenas e camponeses), e a floresta é derrubada para consolidar a apropriação. Outro plano é no papel: quando, por meio da química mágica dos cartórios ou dos

Em 2003, no primeiro ano do governo Lula (PT), foram criados quatro PDS nas glebas Belo Monte e Bacajá, para o assentamento de 600 famílias. Aqueles que haviam se apossado destas terras públicas e também de gordos financiamentos públicos da Sudam reagiram com violência, na base da pistolagem, de incêndios criminosos e de derrubada da floresta. A missionária Dorothy Stang documentava e denunciava cada um dos ataques, exigindo providências das autoridades. A freira deixava claro que, para a preservação da floresta, seria necessário fazer antes a regularização fundiária. Foi executada.

Em 2005, a execução de uma freira de 73 anos com cidadania americana trouxe consequências indesejáveis para os

Apesar de tentar por três dias seguidos, o EL PAÍS não conseguiu informações da polícia do Pará em nenhum nível – local, regional e estadual. O delegado Lucas Luz, responsável pela Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), especializada sediada em Altamira, a maior cidade da região, afirmou que não poderia falar sobre os casos porque estariam "sob sigilo de Justiça". A reportagem enviou um email para a Polícia Civil do Estado do Pará. A assessoria da corporação informou que o pedido estava "em análise" – e não respondeu até a publicação do artigo. Em Anapu, os dois telefones divulgados da delegacia local aparentemente não funcionam ou não são atendidos.

De forma breve, tendo em vista a necessidade de um estudo aprofundado em torno dos conceitos ainda em pesquisa, podemos dizer que nos destaques retirados do texto, encontramos a evidência da subjetividade já permitida no espaço do colunismo, mas ressignificada e diluindo as fronteiras da categoria pela interpretação acompanhada do aprofundamento do narrado, da humanização do relato por meio das fontes entrevistadas e contextualização com uso de dados informativos. No limite, estas são características de outros gêneros, como o interpretativo, o diversional e o informativo.

A subjetividade na apuração está presente em marcas espontâneas, afetações daquele que narra contando sua experiência como produtora de sentido já na abertura do texto, aliada à evidência dos bastidores para comprovar a autenticidade do dito, o que se mostra ao relatar, por exemplo, as tentativas de contato da redação do *El País* em busca de informações da polícia do Pará. Mais uma vez, uma construção discursiva que não se conforma ao modelo canônico de coluna, como observamos anteriormente. O que se passa, em nosso entendimento, é a aposta na identidade da jornalista como aquela que dá a conhecer os fatos potencializada por estratégias de aproximação com a audiência e de tentativas de oferta de uma realidade mais autêntica quando temos a jornalista se apresentando como fonte, sujeito este legitimado pela apuração e checagem, exposição de dados oficiais e *links* que remetem a outros conteúdos, uso de fontes especializadas em entrevistas, mas, especialmente, uma construção discursiva que evidencia que a jornalista em questão conhece a realidade que apresenta ao leitor em sua coluna.

Compreendemos, assim, a emergência de um tipo de construção em que a subjetividade e neste caso a profundidade do narrado ganha evidência na narrativa, destoando da estrutura formal e das características tradicionais da coluna, como observamos em Marques de Melo. Não se enquadra na canônica definição de abordagem de um tipo de conteúdo específico, em tópicos curtos e com uma mescla suave entre opinião e informação. Há, sim, uma tendência ao informativo e o cunho informal e da opinião que se mostra como tal, mas sem o caráter panfletário quando da constituição do gênero opinativo.

6. Algumas considerações interpretativas

Originalmente, a diferenciação dos gêneros se dá justamente pela separação da informação, da opinião e da interpretação, entre outros formatos (MARQUES DE MELO, 2009). Com o estudo do colunismo a partir da narrativa da jornalista Eliane Brum em *El País*, além da mescla de gêneros em um único espaço, podemos evidenciar a aposta na identidade da jornalista como aquele que dá a conhecer os fatos. O que leva a questionar, mais do que apontar conclusões neste início de pesquisa, sobre que características narrativas assume a coluna no jornalismo contemporâneo, que mantém o princípio da objetividade por propor a análise dos fatos, mas explora a subjetividade própria destes tempos em combinação com uma perspectiva interpretativa.

A mescla estrutural e estética que se dá reforça a tendência típica destes tempos, rompe com as possibilidades de identificação conceitual canônica e oportuniza nossa discussão em torno da ressignificação do gênero opinativo. Tal percepção dá conta de que essas estratégias postas em reflexão são acionadas com o intuito de fortalecer a autoridade daquele que fala, no caso o jornalista, dada a sua fragilização nestes tempos. Se de um lado esses recursos acabam por erodir fronteiras postas, de outro estabelecem novos contornos que merecem ser discutidos em vista da legitimação do discurso legitimado pela profissão e anos de prática e, portanto, avalizados na capacidade técnica e qualidade do dizer.

Ou seja, cabe perguntar qual é agora a anatomia da coluna, um gênero tradicionalmente mais comprometido com as subjetividades, buscando entender como se estrutura sua narrativa e que lugar cabe a ela no ecossistema jornalístico, a partir da presença mais evidenciada das incursões subjetivas no jornalismo em geral. Por esse viés, a observação também leva a pensar a inserção do jornalista como produtor de significação, para além do fato narrado, como uma tendência possível frente à crise de credibilidade da informação – e do jornalismo – propagada nesta era da Pós-verdade. E mais, por estas características diferenciais e singularidades, sugerir a distinção da coluna como espaço de narrativas de referência ao público diante da profusão de informações na internet.

Referências

- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre : Sagra – DC, 1996.
- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, senhores da memória?. In. : **XXVII Congresso da Intercom**, 2004, Porto Alegre.
- BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In. : LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2004.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.
- EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia. **Narrativa e poder**. Revista FronteiraZ, São Paulo, n. 9, dezembro de 2012.
- GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.
- LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2004.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003a.
- MARQUES DE MELO, José. **O desafio do estudo dos gêneros**. Pauta Geral, Salvador, n.5, pp.11-20, 2003b. Entrevista concedida a Tatiana Teixeira.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom. Vol.39, n.1, pp.39-56, jan./abr 2016, São Paulo.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador jornalista. In.: **Encontro Compós**. Anais do XIV Encontro Compós, 2005.
- SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos:** proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom Books, 2009a.

SEIXAS, Lia. **Por uma outra classificação:** gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 70-84, dez. 2009b.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Tobias Peucer:** progenitor da Teoria do Jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/view/5959/5428> .